



XIII Plenário

Apresentação

Esse relatório tem como objetivo maior fazer uma prestação de contas às psicólogas e psicólogos de Minas Gerais, sobre as principais atividades e ações realizadas pelo XIII Plenário na gestão de 2010 a 2013.

Geralmente, os relatórios de gestão apresentam-se com muitas tabelas e gráficos. Nesse, optamos por sermos mais descritivos, elencando as principais realizações do XIII Plenário no que tange à gestão administrativa, técnica-política e técnica do CRP-04. Também tratamos dos temas e causas, os quais o Sistema Conselhos de Psicologia voltou suas atenções durante a gestão, além de apresentarmos as principais atividades empreendidas por diversos setores do Conselho.

A instituição será ampliada, melhorando as instalações físicas para acolhimento das psicólogas e psicólogos, bem como as condições de trabalho dos funcionários, por meio da implantação e implementação do Plano de Cargos, Carreira e Salários.

No campo da qualificação do exercício profissional, o XIII Plenário incentivou e viabilizou melhor integração entre os psicólogos que trabalham no CRP-MG, potencializando suas ações por meio da criação de reuniões ampliadas da Comissão de

Orientação e Fiscalização (COF) e da Equipe de Psicólogos Fiscais, e desta equipe com o Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas em Minas (Crepop-MG). Destaca-se ainda a orientação dos profissionais e a realização da II Mostra Mineira de Práticas em Psicologia.

Finalmente, ressaltamos as inúmeras realizações das comissões do CRP-04, as quais têm por objetivo discutir e promover ações que dêem visibilidade para os psicólogos e para a sociedade sobre a atuação e contribuição da Psicologia em diversas po-

líticas sociais, tais como: saúde, educação, assistência social e questões de gênero. Além das novas áreas, cujo espaço de atuação do psicólogo é crescente, como emergências e desastres, mobilidade urbana, sistema prisional e outras.

Se muito fizemos nessa gestão, muito ainda haverá de ser construído. A cada dia, a Psicologia é chamada a se posicionar publicamente sobre temas polêmicos, como as sexualidades humanas, o aborto, o uso de álcool e outras drogas, a religião e tantos outros. O Sistema Conselhos de Psicologia, nos últimos 3 anos, foi um dos principais atores que sustentaram, nos meios de comunicação do país, posições éticas e democráticas quanto a esses temas, causando, por isso mesmo, muita polêmica junto à categoria e à sociedade.

Esperamos que o XIV Plenário atue no sentido de avançar e ampliar as contribuições da Psicologia para nossa sociedade e que esteja sempre contando com a participação das psicólogas e psicólogos, os quais, coletivamente, têm construído a Psicologia brasileira.

DIRETORIA XIII PLENÁRIO



XIII Plenário



CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA MINAS GERAIS

SEDE - R. Timbiras, 1532, 6º andar, Lourdes
CEP: 30140-061 - Belo Horizonte/MG
Tel: (31) 2138.6767 / Fax: (31) 2138.6763
E-mail: crpo4@crpo4.org.br
Site: www.crpmg.org.br
Facebook: www.facebook.com/crpmg

SUBSEDES

Triângulo Mineiro - Uberlândia
Telefone: (34) 3235.6765

E-mail: uberlandia@crpo4.org.br

Sudeste - Juiz de Fora
Telefone: (32) 3215.9014

E-mail: sudeste@crpo4.org.br

Sul - Pouso Alegre
Telefone: (35) 3423.8382

E-mail: sul@crpo4.org.br

Norte - Montes Claros
Telefone: (38) 3221.7720

E-mail: norte@crpo4.org.br

Leste - Governador Valadares
Telefone: (33) 3225.0475

E-mail: leste@crpo4.org.br

Centro-Oeste - Divinópolis
Telefone: (37) 3213-8930

E-mail: centrooeste@crpo4.org.br

XIII PLENÁRIO (Gestão 2010 – 2013)

Diretoria:

Conselheira presidente:

Marta Elizabete de Souza

Conselheiro vice-presidente:

Jacques Ackerman

Conselheiro tesoureiro:

Milton dos Santos Bicalho

Conselheira secretária:

Júnia Maria Campos Lara

Conselheiros:

Alcina Mendes Brito

Amaury Costa Inácio da Silva

André Amorim Martins

Anna Christina da Cunha Martins Pinheiro

Ataualpa Maciel Sampaio

Celso Renato Silva

Cristiane Saúde Barreto Napoli

Elizabeth de Lacerda Barbosa

Márcia Maria Rodrigues Ribeiro

Marcus Macedo da Silva

Maria da Conceição Novaes Caldas

Maria de Fátima Lobo Boschi

Maria Teresa Antunes Albergaria

Marisa Estela Sanabria Tejera

Lourdes Aparecida Machado

Paula Ângela de Figueiredo e Paula

Renata Ferreira Jardim de Miranda

Ricardo Ribeiro de Oliveira Resende

Ricardo Figueiredo Moretzsohn

Rita Maria Auxiliadora Mendes

Robson José da Silva Campos

Tiago Humberto Rodrigues Rocha

Vera Luiza Bartels Fernandes

ÍNDICE

Administração.....	2
Assessoria jurídica	2
Gestão técnica-política	3
Gestão técnica.....	7
Os 50 anos da Psicologia brasileira	10
VIII Congresso Nacional de Psicologia	11
Compromisso social da Psicologia	12
Comunicação.....	17
Formação	18
Corpo funcional	20
Comparativo de Receita e Despesa.....	21

EXPEDIENTE

Textos: conselheiros do XIII Plenário e Equipe de Comunicação do CRP-MG

Fotos: AsCom CRP-MG

Jornalista responsável: Lívia Bacelete - MG 11.119 JP

Projeto gráfico e diagramação: Técnica Composição e Arte

Gráfica: Editoria Orion

Tiragem: 200 exemplares

Os textos presentes nesse relatório são de responsabilidade do CRP-04.

Sugestões e comentários devem ser enviados para o email

ascom@crpo4.org.br.

Equipe de Comunicação CRP-MG

Lívia Bacelete (Assessora de Comunicação)

Nathalia Monteiro (Relações Públicas)

Kênia Tinoco (Estagiária de Jornalismo)

Rafael Francisco (Estagiário de Jornalismo)

Camila Santos (Estagiária de Relações Públicas)

O CRP-MG apresenta os principais avanços no campo administrativo, entre os exercícios de 2010 a 2013, os quais possibilitaram uma melhor execução de suas ações, orientadas pelo cuidado com a valorização e o fortalecimento da profissão e, conseqüentemente, de seus profissionais.

O crescimento do número de psicólogos inscritos no estado colocava como desafio para o CRP-MG o atendimento adequado da categoria, uma vez que seu espaço físico e o quadro de empregados estavam reduzidos. Diante disso, a Assembleia Geral Ordinária dos Psicólogos de Minas Gerais, em 30 de setembro de 2008, definiu pela compra de uma nova sede para ampliação do espaço físico do Conselho.

No dia 15 de abril de 2013, a gestão do XIII Plenário realizou a compra do 11º andar do Edifício Cowan, onde se localiza a atual sede do CRP-MG, em Belo Horizonte. Com uma área total de 1.200 m², o novo espaço possibilitará atender com mais eficácia e ef-

ciência às demandas da categoria. Para inauguração do novo espaço, será preciso ainda realizar a reforma completa do 6º e do 11º andares, reforma esta que ficará sob a responsabilidade da próxima gestão.

Mais uma importante conquista da categoria foi a inauguração da Subsele Centro-Oeste. Antiga reivindicação dos psicólogos e psicólogas de Divinópolis e região, a Subsele tornou-se realidade no dia 13 de setembro de 2013, após negociações com diversos proprietários de imóveis e superação de inúmeros obstáculos, para locação do espaço físico que atendesse às necessidades do CRP-MG. A Subsele Centro-Oeste está situada na Rua Fortaleza, nº 34, loja 02, Bairro Bom Pastor, em Divinópolis.

Outro ponto que merece destaque na gestão do XIII Plenário é a aprovação do Plano de Cargos e Salários (PCCS). A construção democrática do PCCS contou com a participação de uma comissão formada por empregados do Conselho, que puderam opinar sobre a elaboração do mesmo, e com o

acompanhamento do Sindicato dos Servidores em Conselhos, Ordens de Fiscalização Profissional, Entidades Coligadas e Afins do Estado de Minas Gerais (Sindecóf) e Sindicato dos Psicólogos do Estado de Minas Gerais (PSINDMG), além da consultoria da empresa Exame Auditores & Consultores Ltda., e da contribuição dos conselheiros do XIII Plenário.

A renovação do parque tecnológico do CRP-MG foi outra proveitosa ação realizada pelo XIII Plenário. Novos computadores e impressoras, substituição de todos os monitores-tubo de imagem por monitores LED, novo servidor e novas licenças de *software* foram adquiridos, através de processo licitatório, para a sede do Conselho, em Belo Horizonte, e para as Subseles, no interior do estado, com o objetivo de modernizar a área de Tecnologia da Informação do Conselho e, assim, aprimorar os serviços prestados.

Assessoria Jurídica

As atividades da assessoria jurídica, realizadas na gestão do XIII Plenário, podem ser divididas entre as voltadas para a esfera administrativa e as dirigidas para o patrocínio dos interesses judiciais do Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais (CRP-MG).

Inicialmente, no que toca ao âmbito administrativo, é oportuno afirmar que a assessoria jurídica, além de assessorar o Plenário e a Diretoria, participou de procedimentos em quase todos os setores da Casa, conforme se destaca.

Em relação ao Plenário, prestou assessoria nas sessões de julgamento de processos disciplinares éticos, prestou esclarecimentos sobre assuntos afetos ao Plenário e emitiu pareceres, quando solicitada por Conselheiros.

No que toca à Diretoria, foram emitidos pareceres sobre diversas matérias, participação em reuniões, assessoramento jurídico em relação a diversas demandas apresentadas e elaboração de ofícios, quando solicitada.

O assessor jurídico participou das reuniões da Comissão de Ética; prestou assessoria nas audiências de instrução dos processos disciplinares éticos; emitiu pareceres; e atendeu às demandas da secretaria da Comissão. Quanto à Comissão de Orientação e Fiscalização, participou das reuniões, emitiu pareceres quando solicitado, revisou representações para o ingresso de processo ético, revisou a elaboração de ofícios e prestou assessoramento para as questões apresentadas pelos psicólogos integrantes da equipe técnica, quando solicitado.

A assessoria jurídica, prestada para a coordenação administrativa, pode ser dividida por seus setores. Ao Setor de Compras e Licitação foram atribuídas a elaboração e a supervisão de editais; a elaboração e a supervisão de contratos, aditivos e convênios; a emissão de pareceres para atender a questionamentos relativos às questões afetas ao procedimento de licitação; o assessoramento na elaboração dos despachos e decisões nos processos de licitação e nas sessões relativas às licitações promovidas por este Conselho.

Ao Setor de Registro, couberam a análise de documentação e a emissão de pareceres sobre o pedido de cadastramento, e o registro de pessoas jurídicas e a assessoria, quanto à interpretação da normatização (Resoluções) face aos casos concretos.

Ao Setor de Pessoal, realizou-se a supervisão na elaboração dos termos de compromisso de estágio e respectivos aditivos; e a elaboração de portarias e resoluções, que tratam de questões funcionais.

Em relação à Coordenação Financeira, a assessoria jurídica emitiu pareceres sobre pedidos de cancelamentos e parcelamentos de dívidas originadas de anuidades, e assessorou no procedimento de inscrição em dívida ativa de débitos de anuidades.

Por fim, relativamente à seara judicial, a assessoria jurídica promoveu a defesa dos interesses do Conselho nos processos judiciais em que é parte, através da elaboração de petições iniciais e incidentais, elaboração de peças de contestação, representação em audiências e atendimento a intimações.

Comissão de Avaliação Psicológica e Direitos Humanos

Durante o XIII Plenário, a Comissão de Avaliação Psicológica e Direitos Humanos abordou temas de relevância, como: avaliação psicológica no contexto da segurança pública; elaboração de documentos; psicologia do trânsito; contribuição no ano temático em avaliação psicológica e direitos humanos. Coordenada pela conselheira Junia Maria Campos Lara, a Comissão promoveu diversas rodas de conversa e debates sobre tais temas, sendo a última atividade uma roda de conversa sobre os 10 anos da Resolução 002/2002, realizada em setembro de 2013.

Em consonância e alinhamento aos temas propostos pela categoria no VII Congresso Nacional da Psicologia e pelo o SATEPSI (Sistema de Avaliação dos Testes Psicológico) – criado em 2002, pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) – a Comissão realizou um trabalho em parceria com as Comissões de Avaliação Psicológica das demais subseções do Regional.



Roda de conversa "Impedimentos para o porte de arma e aquisição de armas de fogo no Brasil", abril de 2013.

Entre os avanços conquistados, a Comissão de Avaliação Psicológica e Direitos Humanos aponta a campanha contra a banalização dos testes e o trabalho do CFP para eliminar a divulgação indevida dos mesmos na internet, embora permaneçam inúmeros

desafios, tendo em vista a relevância social da área para a sociedade e o compromisso constante com a promoção de direitos humanos.

Um conjunto de documentos referências sobre avaliação psicológica pode ser encontrado no site www.pol.org.br.

Comissão de Psicólogos do Trabalho e Organizacional

A Comissão de Psicólogos do Trabalho e Organizacional (CPTO) atuou na identificação das dimensões invisíveis entre trabalhador e atividade laboral, além de fortalecer a Psicologia Organizacional e do Trabalho nos espaços públicos e privados de forma trans, inter e multidisciplinar. Entre os principais temas tratados estão o perfil e função dos psicólogos organizacionais e do trabalho; a inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho e a saúde e segurança do trabalhador.

Para tratar dos temas relacionados ao binômio "ser humano-trabalho", a CPTO desenvolveu parceria com as Instituições de Ensino Superior, o Instituto Brasileiro de Psicanálise, Dinâmica de Grupo e Psicodrama, a Associação Juiz-Forana de Estudantes de Psicologia e a Fundação Cultural Ferreira Lage.

A Comissão realizou cursos, rodas de conversa, oficinas e outras atividades, com destaque para os eventos sobre o Projeto de Lei 3338/2008 (PL 30 horas), junto ao Sindicato dos Psicólogos do Estado de Minas Gerais, em Juiz de Fora, e o seminário "O trabalho como instrumento de transformação social da pessoa com deficiência", em setembro de 2012.

Coordenada pela conselheira Elizabeth de Lacerda, a CPTO ainda esteve presente em diversos congressos, conferências e demais atividades, entre elas: V Congresso Brasileiro de Psicologia Organizacional e do Trabalho, em maio de 2012 e III Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em abril de 2013.

Comprovar, através do ganho de causas nos Tribunais de Justiça, a legitimidade da atuação do psicólogo nas organizações representa um avanço conquistado pela CPTO, que acredita ser preciso ampliar a conscientização dos psicólogos sobre seus direitos e deveres, bem como sobre suas possibilidades de atuação e intervenção no mundo do trabalho.

Comissão de Direitos Humanos

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) é uma comissão permanente do CRP-MG, devido à sua importância enquanto questão transversal a todas as políticas, fazeres e práticas, tendo em sua agenda temas comuns às outras Comissões. A CDH representa o coração do Sistema Conselhos de Psicologia, por abrigar em sua pauta, bandeiras de lutas em defesa da promoção e da garantia de direitos.

Na gestão do XIII Plenário, os principais temas discutidos foram Raça e Etnia; Diversidade Sexual; Depoimento Especial; Violência Sexual e de Gênero; Álcool e Outras Drogas; Laicidade da Psicologia; Moradia e população em situação de rua; Movimentos Sociais; Tortura, Memória e Verdade. Coordenada pela conselheira Maria da Conceição Novaes, a CDH esteve próxima aos movimentos sociais, mobilizando a categoria para o compromisso ético, político e social, com respeito pela diversidade.

A Comissão participou da elaboração do "Relatório da 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos: locais de internação para usuários de drogas", coordenado pela Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (CFP), junto aos demais Conselhos Regionais do país, e publicado em 2011. Outra ação conjunta ao Sistema Conselhos foi o mapeamento de psicólogas e psicólogos que vivenciaram a ditadura militar, no segundo semestre de 2012 e primeiro de 2013, cujos depoimentos recolhidos irão compor uma publicação do CFP.

A parceria com o Fórum Mineiro de Direitos Humanos, com o Comitê Mineiro em Educação em Direitos Humanos e com as entidades que os integram fortaleceu a defesa pela garantia de direitos, em favor de uma cidade mais humana e democrática.

Nos últimos anos, os direitos humanos sofreram duros golpes e ameaças de retrocesso, por isso não se pode falar em avanços políticos nesse campo. Entretanto, durante a gestão do XIII Plenário, a CDH destaca o reconhecimento e o respeito pela política de direitos humanos, sob a perspectiva do fortalecimento de construções de redes sociais de parceria e enfrentamento.

Comissão dos Psicólogos da Saúde

Comissão temática que consiste em aglutinar discussões pertinentes à interface Psicologia e Saúde, a Comissão dos Psicólogos da Saúde (CPS) atua fomentando o debate e a troca de experiências entre o Sistema Conselhos de Psicologia, a categoria profissional e os diversos atores sociais vinculados ao tema.

Durante a gestão do XIII Plenário, a CPS realizou 3 caravanas a Brasília, junto a movimentos sociais e parceiros intersetoriais. Em setembro de 2011, a Comissão organizou a caravana mineira rumo à Primavera da Saúde, a qual envolveu participantes de 14 municípios, entre representantes de movimentos sociais, associações, sindicatos, instituições de ensino, secretarias e conselhos de controle social.

Outras duas caravanas organizadas pela Comissão a Brasília foram para manifestações contra a aprovação do Projeto de Lei nº 268/2002, também conhecido como “Ato Médico”, em maio de 2012 e agosto de 2013. Na gestão do XIII Plenário, todas as ações relativas ao PL do Ato Médico foram realizadas pela Frente Mineira em Defesa da Saúde, articulação formada por conselhos de classe, sindicatos, associações e movimentos sociais, com fundamental participação da Comissão de Saúde em sua criação e ações.

Coordenada pela conselheira Márcia Maria Rodrigues Ribeiro, até abril de 2012, e pela conselheira Lourdes Machado, a partir de maio de 2012, a Comissão promoveu duas atividades sobre o tema do transtorno do espectro do autismo: o I Seminário Autismo e Políticas



Caravana mineira em manifestação nacional contra o PL do Ato Médico, maio de 2012, Brasília.

Públicas, realizado em novembro de 2012, em parceria com o CERSAMI Betim (Centro de Referência em Saúde Mental Infanto-Juvenil) – CAPSi; e o debate Autismo e Políticas Públicas: possibilidades de cuidado, em agosto de 2013.

No âmbito da Saúde Mental, a Comissão de Saúde participou na organização da manifestação no Dia Nacional da Luta Antimanicomial - 18 de Maio, além de idealizar e organizar as três edições do Concurso de Fotografia – “O 18 de maio visto por diferentes ângulos”.

Em relação ao tema da medicalização da educação e da sociedade, a Comissão dos Psicólogos da Saúde organizou o I Seminário sobre Medicalização – Belo Horizonte e Região Metropolitana, em agosto de 2013, quando foi criado o Núcleo Belo Horizonte e Região Me-

tropolitana do Fórum de Medicalização. Inicialmente tratado pela Comissão de Educação do CRP-MG, a questão da medicalização foi abrangida pela CPS, que contribuiu na articulação de outras entidades do campo da saúde, sobretudo, aquelas que já se organizavam em torno da Frente Mineira em Defesa da Saúde.

O exercício da Psicologia traz o desafio da convivência com paradoxos: criar espaços de voz e ao mesmo tempo ser chamado a falar pelo outro. Os psicólogos são provocados a estabelecer novos lugares de compromisso com a vida, num entrelace entre ciência e política. Que a Psicologia se aproxime da promoção da saúde, sensível ao tempo a ao lugar que não comportam os manuais.

Comissão de Psicologia e Política de Assistência Social

Criada em agosto de 2011, a Comissão de Psicologia e Política de Assistência Social funcionou até agosto de 2013, com reuniões mensais na sede do CRP-MG, em Belo Horizonte. A partir da demanda de diversos municípios, também foram organizadas rodas de conversas e encontros com psicólogos em Montes Claros, Governador Valadares, Ipatinga, Teófilo Otoni, Juiz de Fora, Uberlândia e Pouso Alegre. Essas atividades resultaram na criação de Grupos de Trabalho (GTs), os quais vêm promovendo encontros dos psicólogos, que atuam na assistência social.

A Comissão de Psicologia e Política de Assistência Social participou de dois Encontros

do Fórum Nacional dos Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em Brasília, em março de 2011 e dezembro 2012, e da criação do Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS, do qual faz parte da coordenação.

As reuniões da Comissão e dos GTs procuraram levantar os grandes temas que tocam à atuação das psicólogas e psicólogos no SUAS, uma vez que esses se mostravam perdidos em relação ao desenvolvimento do trabalho. Nesse contexto, foram discutidos aspectos como a história, a política, as bases epistemológicas da Psicologia, as relações com os profissionais do serviço social, as fronteiras com o campo jurídico e com a segurança, entre outros. Um tema

que mereceu especial atenção e continua na pauta da Comissão foi o desenvolvimento de atividades clínicas pelos psicólogos do SUAS.

Em julho de 2013, a Comissão de Psicologia e Política de Assistência Social realizou, em Belo Horizonte, o “1º Encontro Mineiro das Psicólogas do SUAS”, que teve entre seus encaminhamentos a realização de outros encontros. Coordenada pelo conselheiro Jacques Akerman, a Comissão finaliza a gestão do XIII Plenário, reafirmando ser imprescindível a continuidade das reuniões, bem como o incentivo para criação de novos GTs e de fóruns municipais de trabalhadores do SUAS.



Grupo de Trabalho de Psicologia Jurídica

Na gestão do XIII Plenário do CRP-MG, o GT de Psicologia Jurídica iniciou suas atividades com a participação de seu coordenador, conselheiro Robson Campos, em atividades isoladas. Em outubro de 2010, foi realizada a etapa regional do Fórum sobre a Atuação dos Psicólogos no Sistema Prisional, no qual foram indicados cinco psicólogos para participarem da etapa nacional, em São Paulo, no mês seguinte.

Em abril de 2011, o GT esteve presente no I Seminário Regional de Psicologia e Políticas Públicas, através da participação do coordenador do grupo na mesa “Psicologia, Direito, Segurança e Justiça: Operadores do Simbólico entra a Lei e a Ordem”. No segundo semestre desse mesmo ano, foram realizadas reuniões mensais com a equipe técnica da Central de Serviço Social e Psicologia do Fórum Lafayette do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), tratando da atuação na escuta de crianças vítimas de violência sexual, o que culminou com a participação em mesa com o tema “Depoimento sem dano”, na 9ª Reunião de Trabalho das Varas de Família de Belo Horizonte.

No primeiro semestre de 2012, as reuniões mensais do Grupo de Trabalho de Psicologia Jurídica, que acontecem na sede do CRP-MG,

em Belo Horizonte, foram temáticas – atuação em Varas de Família; Varas da Infância e Juventude; Varas de Violência Doméstica contra a Mulher; e no Sistema Prisional. Essa última discussão propiciou a criação de um GT específico para tratar do assunto.

Em março de 2012, a convite do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), o CRP-MG participou de uma mesa no Seminário “Depoimento Especial: uma reflexão interdisciplinar”, com o idealizador do “Depoimento Sem Dano”, juiz José Antônio Daltoé Cezar, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Na atividade, também esteve presente a psicóloga Esther Magalhães Arantes, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, para contrapor o debate, a partir do ponto de vista do Sistema Conselhos de Psicologia.

Em junho de 2012, em parceria com o Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (Cress-MG), com o Sindicato dos Servidores da Justiça de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais (Serjusmig) e com a Associação dos Psicólogos e Assistentes Sociais do Tribunal de Justiça de São Paulo (AASPTJ/SP), foi realizado o I Encontro Estadual dos Assistentes Sociais e Psicólogos Judiciais de Minas Gerais. Como desdobramento, o CRP-MG foi convidado pelo TJMG a integrar um Grupo de Discussão, que já vinha se reunindo com o

objetivo de construir uma proposta de escuta de crianças vítimas de violência sexual, no estado. A posição, contrária à utilização das vítimas na produção de provas em processos judiciais, contribuiu para que o CRP-MG e o Cress-MG fossem afastados das discussões, após a terceira reunião.

Com a proposta de levar a discussão da escuta de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, a todas as regiões do estado, no segundo semestre de 2012, o GT de Psicologia Jurídica realizou reuniões e rodas de conversas itinerantes em Governador Valadares, Teófilo Otoni, Ipatinga, Uberlândia, Uberaba, Juiz de Fora, Varginha e Montes Claros, além de Belo Horizonte. Em novembro desse ano, o CRP-MG apoiou a presença de dois psicólogos no evento em comemoração aos 20 anos da AASPTJ/SP, no qual foi criada a Associação Nacional dos Assistentes Sociais e Psicólogos da Área Sociojurídica (AASP Brasil).

Além dessas atividades, o GT de Psicologia Jurídica contribuiu em discussões com a equipe técnica do CRP-MG e com membros das Comissões de Orientação e Fiscalização e de Ética. Prosseguir com a discussão que fortaleça a posição contrária do Sistema Conselhos de Psicologia à proposta de participação do psicólogo como inquiridor de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual em processos judiciais é uma meta a ser alcançada por este Grupo de Trabalho.

Grupo de Trabalho dos Psicólogos que atuam no Sistema Prisional

Criado em abril de 2012, como espaço para discussões das questões referentes à prática dos psicólogos no Sistema Prisional, o GT é coordenado por Maria Elisa Fonseca Goduardo Campos, psicóloga do Núcleo Prisional do “Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental (PAI-PJ)”, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), juntamente, com o conselheiro Robson Campos, que também atua no PAI-PJ do TJMG, no Núcleo Regional de Governador Valadares.

Em suas reuniões mensais, o GT acolheu questionamentos e demandas dos psicólogos, que atuam no Sistema Prisional, os quais apontaram para a necessidade de uma interlocução com a Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais (SEDS-MG). A partir de reuniões com essa instituição, foi cons-

truído um programa de atualização para os 62 psicólogos que exercem suas atividades nas unidades prisionais da Região Metropolitana de Belo Horizonte, também em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais (SES-MG).

Realizado em cinco módulos de oito horas cada, nos meses de maio e junho de 2013, essa atividade foi denominada “I Encontro de Qualificação dos Psicólogos que atuam no Sistema Prisional” e tratou de questões referentes ao diagnóstico; à criminologia; à saúde na Lei de Execução Penal (LEP); ao mito da periculosidade; à inimputabilidade; às medidas de segurança; à dependência química; à política de atenção integral ao louco infrator; aos critérios de classificação da Comissão Técnica de Classificação (CTC); e aos laudos e pareceres para a Justiça, dentre outras.

Anteriormente, em novembro de 2012, o conselheiro Robson Campos representou o Grupo de Trabalho no evento promovido pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), em Brasília, sobre a “Atuação no Sistema Prisional Brasileiro: Desafios e Perspectivas”. A partir de julho de 2013, as reuniões mensais do GT passaram a ser direcionadas para o estudo mais aprofundado de temas propostos pelos seus participantes.

Além dessas atividades, o GT dos Psicólogos, que atuam no Sistema Prisional, contribuiu em discussões com a equipe técnica do CRP-MG e com membros das Comissões de Orientação e Fiscalização e de Ética.

A SEDS-MG solicitou ao Grupo de Trabalho que o conteúdo do I Encontro de Qualificação seja estendido aos profissionais do interior do estado, com programação condensada, possivelmente, no mês de novembro de 2013, a depender da disponibilidade do Conselho.

Grupo de Trabalho Psicologia das Emergências e dos Desastres

A Psicologia brasileira vem buscando espaços para contribuir na política pública de defesa civil, e ao mesmo tempo vem construindo referências de atuação em emergências e desastres. Apesar de ser estratégica na área, a presença da Psicologia ainda enfrenta o reconhecimento pelo poder público e sociedade de um modo geral.

O Grupo de Trabalho Psicologia das Emergências e dos Desastres (GT PED) começou sua atuação no XIII Plenário em outubro de 2011, tendo como prioridades: desenvolver estudos sistematizados; enfatizar importância da prevenção e promoção; disponibilizar e difundir bibliografia sobre o tema; fortalecer os laços com a Defesa Civil do Estado de Minas Gerais e do Município de Belo Horizonte, e da Secretaria de Estado de Saúde (SES) / Urgência e Emergência.

O GT também buscou contribuir para o fortalecimento da Associação Brasileira de Psicologia nas Emergências e Desastres, além de sensibilizar os núcleos acadêmicos para a importância da investigação nessa área, participando de palestras e aulas temáticas em várias universidades. Coordenado pela conselheira Renata Miranda, o GT PED desenvolveu diversas atividades, com destaque para o II Seminário Regional de Psicologia em Emergências e Desastres – Refletindo práticas, perspectivas e desafios, em abril de 2012, e o curso Socorrimo básico para psicólogos, em junho de 2012.

Durante o XIII Plenário, o GT estabeleceu parcerias com organizações e entidades, como os Bombeiros Civis, a Cruz Vermelha, SES/Urgência Emergência, Defesa Civil Estadual e Municipal de Belo Horizonte e de Além Paraíba, e Força Estadual de Saúde.

Ao fim da gestão, o GT Psicologia das Emergências e dos Desastres destaca a importância em se continuar investindo na capacitação e incentivo a pesquisas científicas na área. O GT também ressalta a necessidade de estratégias para garantir a presença do profissional de Psicologia nas políticas de defesa civil e para que haja atendimento psicológico às vítimas de desastres naturais e suas famílias.



Grupo de amigas e familiares de pessoas em privação de liberdade, em 2012.

Grupo de Trabalho Feminino: Questão de Diferença

Criado em 2009, a partir da Comissão de Direitos Humanos, o Grupo de Trabalho (GT) Feminino tem como propósito a reflexão, participação e produção de saberes sobre as questões das mulheres. O GT parte do entendimento de que o feminino se configura em uma perspectiva ampla, na qual as relações de trabalho e os vínculos produtivos são marcados pela consciência da solidariedade, do respeito às diferenças e pela preocupação com o bem comum.

Entre 2010 e 2013, o GT Feminino exerceu protagonismo dinâmico na produção de saberes. Com o tema “O feminino e a saúde”, o GT promoveu o Ciclo de Reflexões, em 2011, composto por quatro atividades, que trataram da maternidade, menopausa, ciclo menstrual e saúde da mulher. Em 2012 e 2013, o Grupo participou, junto ao Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop), da elaboração do documento “Referências técnicas para atuação de psicólogas (as) em Programas de Atenção à Mulher em Situação de Violência”.

Coordenado pela conselheira Marisa Sanabria, o GT Feminino realizou conferências em diversos municípios do interior do estado, entre eles: Divinópolis, Juiz de Fora, Governador Valadares, Montes Claros e Ipatinga. Também integrou a comissão julgadora do “Prêmio Profissional Democracia e Cidadania Plena das Mulheres”, promovido pelo CFP, em 2011. Através de conferências, oficinas, construção e

exposição de painel, que trata da experiência de trabalho com amigos e familiares de pessoas em privação de liberdade, o grupo participou das Mostras Nacional e Mineira de Práticas em Psicologia, em 2012.

Nesse mesmo ano, a coordenadora do GT foi delegada-nata da sociedade civil, representando o CFP, na 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em Brasília. O GT ainda publicou o livro “O Feminino: diversos olhares”, além de participar, do início à conclusão, da pesquisa realizada pelo CFP “Quem é a psicóloga brasileira? Mulher, Psicologia e Trabalho”, publicada em 2013.

O Grupo de Trabalho Feminino: Questão de Diferença fortaleceu a parceria com o CFP e a Associação de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade, além da colaboração em trabalhos conjuntos com a UFMG; com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, através do Conselho dos Direitos da Mulher; e com o Governo de Minas Gerais, através do Conselho Estadual da Mulher e da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social.

Ao final da gestão, o GT Feminino foi transformado na comissão permanente “Mulheres e questões de gênero”, por decisão unânime da plenária. Desafios como a divisão sexual do trabalho e os direitos sexuais e reprodutivos permanecem em pauta para a nova comissão, a qual requer compromisso prioritário com a categoria, que tem em sua composição 89% de mulheres.

Comissão de Ética

O exercício da profissão do psicólogo é livre em todo o território nacional, desde que sejam observadas as exigências previstas na legislação em vigor. A Comissão de Ética (COE) do CRP-MG tem como função principal apreciar e julgar os processos éticos, funcionais e administrativos da categoria, a partir do Código de Ética e Código de Processamento Disciplinar desse Conselho.

Inicialmente, é importante destacar que, durante a gestão do XIII Plenário, a COE observou, apreciou e refletiu sobre as questões relacionadas aos procedimentos de um processo eticoadministrativo, da entrada de uma representação até a exclusão, ou instauração do mesmo, como também dos instrumentos que essa Comissão recorre durante esse percurso.

Foram realizadas 57 reuniões da Comissão de Ética com a finalidade de apurar e compreender os fatos das denúncias. Dessa compreensão, elaborou-se um relatório de cada representação, o qual foi encaminhado ao plenário para votação, exclusão ou instauração, uma vez que cabe ao plenário decidir se concorda ou não com o parecer da Comissão. Essas reuniões eram por vezes semanais e por vezes quinzenais, com a duração de cerca de oito horas.

Nesse período, a COE recebeu 53 representações (denúncias), sendo que dessas, 35 foram revertidos em Processos Éticos, incluindo-os, então, no rol dos processos já existentes, advindos de anos anteriores. Cada processo ético ou funcional passa por etapas que irão esclarecendo e facilitando a compreensão dos fatos. Muitas vezes, esse tempo é longo e nem sempre termina com uma gestão, que dura três anos, devido aos procedimentos e prazos a serem cumpridos.

Há casos em que se compreende não haver falta ética por parte do psicólogo. Neles, a representação ou o processo é excluído, comunicando-se a decisão aos interessados. Um processo é arquivado após julgado improcedente, ou ao final de todas as etapas processuais. Durante a gestão do XIII Plenário, foram arquivados 40 processos. Dezoito processos existentes foram a julgamento.

A oitiva é uma das etapas do processo, na qual tanto o representante, como o representado, terão oportunidade de esclarecimentos sobre a denúncia (representação), pois

serão interrogados pelos membros da Comissão de Ética e pelos autores do fato, acompanhados, ou não, de advogados e testemunhas. A Comissão realizou 21 oitivas, algumas delas nas subseções Sudeste, Norte e Triângulo.

A COE foi representada por dois conselheiros: Ricardo Ribeiro (presidente da COE) e Rita Mendes, tendo como convidado o psicólogo Túlio Piccinini. Durante todo o período de estudo, reflexões, discussões e elaboração de relatório, a Comissão de Ética foi assessorada pelo assessor jurídico do CRP-MG, José Elísio Rodrigues, pela técnica da COE, Silvana Pontes Bueno, e pela técnica administrativa, Eliana Maria das Graças.

As penalidades – decisões tomadas pelo grupo de conselheiros – no momento do julgamento, foram: censura pública; suspensão do exercício por prazo determinado; improcedência; advertência (maioria); multa; e cassação do registro profissional. As áreas de atuação foram: 46 em Psicologia Clínica; sete em Psicologia Jurídica; sete em Psicologia do Trânsito; duas na Psicologia Organizacional e do Trabalho; uma no exercício ilegal da profissão (sem formação, ou sem inscrição no CRP).

Os processos envolveram avaliação psicológica (utilização de técnicas e testes não reconhecidos pelo Conselho Federal de Psicologia - CFP); emissão de documentos anexados a processo judicial em desacordo com resoluções do CFP, principalmente sobre alienação parental; elaboração de documentos, como laudos, relatórios, pareceres e outros, também em desacordo com as resoluções do CFP.

Após vivenciar período intenso e reflexivo com as questões éticas do CRP-MG, visando maior eficácia em suas decisões, a COE ressalta

a necessidade de o Conselho se debruçar, periodicamente, sobre os instrumentos que instruem e definem as decisões dessa Comissão. Na velocidade que a Psicologia caminha, com novos campos de atuação, novas propostas teóricas e novas práticas, é impossível se propor a compreender a postura ética do psicólogo sem atualizar e adequar os instrumentos, como o Código de Ética e Código de Processamento Disciplinar, os quais norteiam as novas e várias realidades, entre elas: as políticas públicas, Sistema Único de Saúde, Sistema Único de Assistência Social, saúde mental, psicologia hospitalar, jurídica, de emergência e desastres, comunitária e outras.

Assim, destaca-se a importância de um melhor posicionamento diante de práticas e técnicas não recomendadas, com a promoção de análises e discussões sobre esses novos campos de saberes, principalmente junto às instituições formadoras, como o Ministério da Educação (MEC) e Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP). É preciso também que os profissionais se apropriem das resoluções do Código de Ética e do Código de Processamento Disciplinar, uma vez que muitos processos advêm de questões relacionadas com informações neles existentes. Isso evitaria constrangimentos e penalidades por faltas que, facilmente, seriam evitadas com o conhecimento desses instrumentos, das normas e regras da Casa.

A Comissão de Ética ainda sugere que os conselheiros tenham um treinamento adequado sobre o Processo Ético e todas as etapas que o envolvem. Dessa forma, terão um maior conhecimento sobre o Código de Ética e o Código de Processamento Disciplinar, e uma maior compreensão de seu papel e participação.

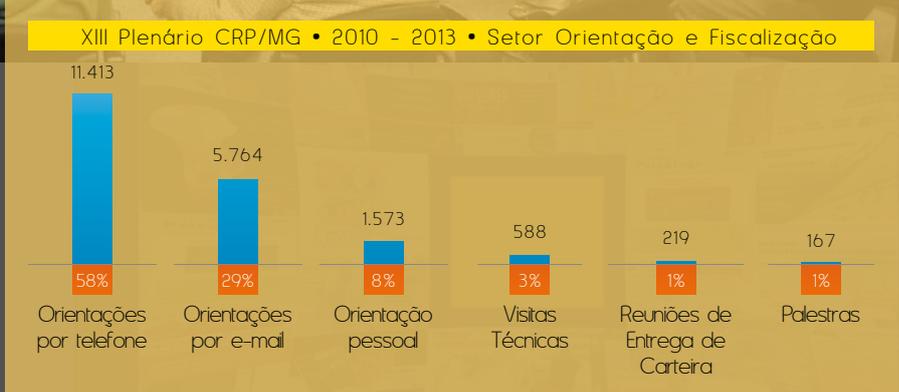
Representações e Processos da COE até julho de 2013

Representações em Fase de Esclarecimentos	26
Representações em Fase de Defesa Prévia	0
Processos Éticos Instaurados	40
Processos Julgados em Fase de Recurso	4
Processo no CFP para Análise de Recurso	1
Processos para Aplicação de Penalidade	0
Processos Arquivados	198
Processos Disciplinares Ordinários	0
Processos Desaforados pelo CFP ao CRP-04	0
Processos Encaminhados ao CFP para Desaforamento	0
Total de pastas	269
Total de pastas em andamento	71

Comissão de Orientação e Fiscalização

LIVIA BACURITE

Reunião da COF ampliada, em Belo Horizonte.



Enquanto Comissão Permanente do Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais (CRP-MG), a Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) tem como atividades principais a orientação e fiscalização do exercício profissional do psicólogo. O quantitativo dessas atividades, durante a gestão do XIII Plenário, pode ser verificado a partir do quadro informativo abaixo.

A partir das ações de orientação, notou-se a emergência de demandas relacionadas ao exercício do psicólogo no campo das políticas públicas, situação que provocou um reposicionamento da COF no que tange a orientação e fiscalização da Psicologia nesse contexto. Um primeiro movimento nessa direção se deu a partir da aproximação da COF com o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop) e as demais Comissões e Grupos de Trabalho do CRP-MG. Procurando superar o hiato entre tais instâncias, esse movimento de aproximação possibilitou a qualificação dos encaminhamentos da COF no que diz respeito às demandas do exercício profissional no campo das políticas públicas.

A partir da proposta de revisão da Política de Orientação e Fiscalização, deliberada pela Assembleia das Políticas Administrativa e Financeiras do Sistema Conselhos (APAF), no ano de 2011, a Comissão de Orientação e Fiscalização do CRP-MG pôde contribuir para os avanços em relação à orientação e à fiscalização do exercício da Psicologia no campo das políticas públicas. A propósito, há que se reconhecer que, dentre todos os Conselhos Regionais, a

COF do Regional Minas Gerais se destacou por ter apresentado o maior número de contribuições.

Dentre essas contribuições, ressalta-se a criação de um catálogo descritivo dos diversos tipos de violações de direitos humanos para que o psicólogo possa ter ciência dos mesmos no exercício profissional; a articulação dos CRPs com o Ministério Público, visando o enfrentamento das violações de direitos humanos; a criação de normativas específicas voltadas para as visitas de fiscalização de instituições de privação de liberdade, com o propósito de garantir os direitos humanos no exercício profissional da Psicologia; que sejam contempladas, nas referências bibliográficas de concursos públicos, as normativas do Sistema Conselhos, bem como as produções desenvolvidas pelo Crepop; e, por fim, a promoção de discussões em torno das práticas terapêuticas não hegemônicas no campo da Psicologia.

Essa última teve maior relevância nas reuniões da COF, bem como da Comissão de Orientação e Fiscalização Ampliada, uma vez que busca contribuir para as deliberações do Conselho Federal de Psicologia (CFP). Diante

disso, a COF do CRP-MG desenvolveu diversas ações em torno emergência das práticas não hegemônicas no campo da Psicologia, convidando para exposição de suas propostas de intervenção as seguintes práticas: Florais de Bah, EMDR e Psicologia Antroposófica.

A Comissão de Orientação e Fiscalização é composta por um conselheiro presidente (Milton Bicalho, 2010 a maio de 2013; Marisa Sanabria, 2013), conselheiros membros (Marcus Macedo, Marisa Sanabria e Anna Christina Pinheiro) e pelos psicólogos fiscais da sede e subdesdes do CRP-MG (Andréia Saturnino, Angelaine Alves, Celina Andrade, Carolina Braga, Cláudia Regina de Carvalho, Edna Aparecida Rodrigues, Jaider Júnior de Souza, Liziane Karla de Paula e Marcela Maria Borges).

Nessa síntese de suas ações mais pertinentes, a COF sinaliza para a próxima gestão a necessidade de encaminhamentos relativos à revisão da Política de Orientação e Fiscalização do Sistema Conselhos, o que permitirá uma harmonização entre as práticas de orientação e fiscalização e as atuais demandas apresentadas pelo exercício da Psicologia.

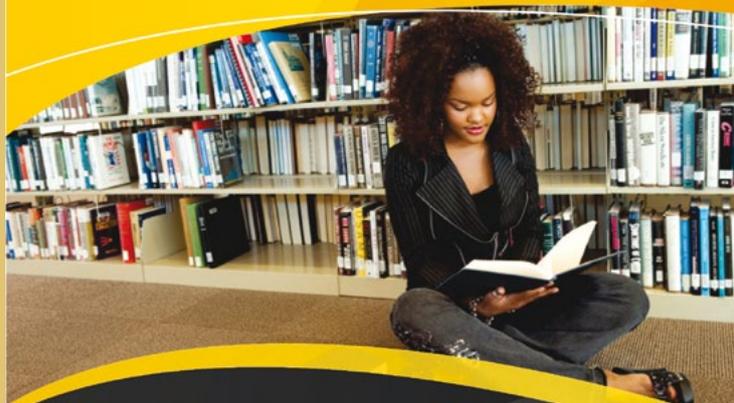


Comissão de Títulos de Especialista

O título profissional de especialista em Psicologia traz ao psicólogo reconhecimento de atuação nas áreas de especialidades disponíveis, dando respaldo para o profissional, embora não seja obrigatório para o exercício da profissão. Conforme determina a resolução CFP nº 013/2007, só é possível postular título de especialista para um profissional quando o mesmo estiver inscrito, há pelo menos dois anos, no Conselho Federal de Psicologia (CFP). O interessado precisa também ter concluído curso de especialização, ou obter aprovação em concurso de provas e títulos, ambos credenciados e promovidos pelo CFP. Ou ainda comprovar a prática profissional (somente para as especialidades que, futuramente, sejam reconhecidas pelo CFP).

De acordo com essa resolução, onze especialidades são concedidas: Psicologia Escolar/Educacional; Psicologia Organizacional e do Trabalho; Psicologia de Trânsito; Psicologia Jurídica; Psicologia do Esporte; Psicologia Clínica; Psicologia Hospitalar; Psicopedagogia; Psicomotricidade; Psicologia Social e Neuropsicologia.

Veja abaixo os títulos concedidos pela Comissão de Títulos de Especialista, na gestão do XIII Plenário.



PROVA DE ESPECIALISTA EM PSICOLOGIA

INSCRIÇÕES de 13 de setembro a 25 de outubro

INSCRIÇÕES PELA QUADRIX

O Conselho Federal de Psicologia realizará o **VII Concurso de Provas e Títulos de Especialista em Psicologia**: Psicologia Clínica, do Esporte, do Trânsito, Escolar/Educacional, Jurídica, Organizacional e do Trabalho, Psicomotricidade, Psicopedagogia, Psicologia Social, Neuropsicologia.

PROVAS
Serão aplicadas nas seguintes cidades:
Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Campo Grande (MS), Curitiba (PR), Fortaleza (CE), Manaus (AM), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Salvador (BA), Vitória (ES), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Natal (RN).

Concessão de Títulos de Especialistas

Especialidades / Ano	2010	2011	2012	2013	TOTAL
Trânsito	21	27	40	51	139
Clínica	29	19	8	9	65
Neuropsicologia	2	4	4	5	15
Hospitalar	15	3	5	0	23
Jurídica	2	1	0	2	5
Organizacional e do Trabalho	1	5	0	2	8
Educacional / Escolar	0	1	0	0	1
Psicomotricidade	0	1	0	0	1
Psicopedagogia	0	1	0	0	1
Psicologia do Esporte	0	0	0	1	1
TOTAL	70	62	57	70	259

Os 50 anos da Psicologia brasileira

Em 2012, os 50 anos da regulamentação profissional da Psicologia no Brasil foram comemorados com o debate das conquistas e desafios da profissão, promovendo a discussão de sua atuação na efetiva contribuição para a democracia, igualdade e promoção dos direitos humanos. Em Minas Gerais, o cinquentenário da profissão foi celebrado com solenidades, seminários e atividades culturais.

Mais de quatro mil pessoas tiveram a oportunidade de apresentar, reconhecer e debater sobre o desenvolvimento da Psicologia em sua extensa variedade de temas e objetos, no evento que se chamou II Mostra Mineira de Práticas em Psicologia, realizado pela segunda vez pelo Conselho Regional de Psicologia (CRP-MG), no Minascentro, dia 29 de agosto de 2012.

Os participantes contaram com uma intensa programação, durante todo o dia, incluindo rodas de conversa, oficinas, mesas temáticas, exibição de pôsteres e o lançamento de livros. O público era composto por psicólogos das mais diversas especialidades, estudantes e professores da graduação em Psicologia. Organizada em cinco auditórios, onde as atividades aconteciam simultaneamente, a Mostra trouxe aos participantes diversos temas e abordagens, discutindo aspectos da formação em Psicologia, além de práticas profissionais mais específicas.

Além da exposição de banners e pôsteres de alunos, psicólogos e professores, os quais desenvolveram intervenções e projetos de extensão em diversas especialidades da Psicologia, foram realizadas oficinas interativas



durante a Mostra, em que os participantes desenvolveram trabalhos e apresentações em grupos.

BELO HORIZONTE

Convidados do CRP-MG se reuniram em noite solene para comemorar os 50 anos da regulamentação da Psicologia no Brasil, no dia 24 de agosto, no auditório da Faculdade de Direito da UFMG, em Belo Horizonte.

Os participantes assistiram a exibição de um vídeo sobre a trajetória dos 50 anos da Psicologia no estado. Em seguida, o CRP-MG prestou homenagens às(os) psicólogas(os) que tiveram destaque, em diversas áreas de atuação, na construção da Psicologia em Minas Gerais.

No dia 27 de agosto – Dia do Psicólogo, o CRP-MG ofereceu ao público uma noite com atividades culturais gratuitas, apresentadas na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte. As pessoas que compareceram ao local assistiram a apresentação do grupo de percussão Batuque Salubre, formado por 60 jovens e crianças do

Agglomerado Morro das Pedras, além do espetáculo teatral “O santo e a porca”, texto de Ariano Suassuna, encenado pelo Grupo Galpão.

MINAS GERAIS

Em todo o estado diversas atividades foram realizadas em comemoração aos 50 anos da regulamentação da Psicologia no Brasil.

Na Subsele Sul, o evento realizado em Varginha contou com as palestras: “A rede de atenção psicossocial, proposta de articulação” e “O Sujeito e a droga: escolhas e saídas possíveis”, reunindo 80 participantes. Além deste, a Subsele participou da Semana da Psicologia na Fundação de Ensino e Pesquisa (FEPI), em Itajubá; e na Unilavras, em Lavras. Os dois eventos trataram do tema “O ato médico e suas implicações para a Psicologia” e contaram com cerca de 150 participantes.

Já na Subsele Leste, o tema “A escuta de crianças vítimas de violência” foi o tema das mesas-redondas, em Governador Valadares e Teófilo Otoni. O evento contou com a participação de psicólogos, assistentes sociais, estudantes e outros interessados.

A Subsele Norte promoveu a I Exposição Norte Mineira de Práticas em Psicologia, em Montes Claros, reunindo 520 participantes. O evento contou com palestrantes e expositores, que apresentaram pesquisas científicas sobre a vivência nos CRAS, a historiografia da Psicologia na região, além de trabalhos artesanais, produzidos em oficinas terapêuticas.

A Subsele Triângulo realizou atividades em Patos de Minas, Uberaba e Uberlândia, com mesas-redondas, palestras, psicodramas e apresentações de práticas em Psicologia, que aconteceram entre os dias 20 a 24 de agosto, reunindo mais de 400 pessoas.

Na Subsele Sudeste, as comemorações aconteceram em Juiz de Fora, durante o I Congresso Internacional de Psicologia, V Congresso de Psicologia da Zona da Mata e Vertentes e IX Encontro Juizforano de Psicologia (Enjupsí). Com o tema “DesConstruindo práticas e teorias: 50 anos de Psicologia no Brasil”, o Enjupsí teve a participação de profissionais e estudantes da região, que propuseram inovações e o desbravamento do conhecimento científico na Psicologia.

Em Divinópolis, entre os dias 20 e 22 de agosto, foram promovidas palestras em instituições de ensino superior, contando com a presença de mais de 200 participantes. Com o tema “A Arte da Psicologia”, as atividades tiveram sua abertura na Câmara Municipal da cidade, no dia 20.



Atividade em comemoração aos 50 anos de regulamentação profissional, durante o ENJUPSÍ, em Juiz de Fora.

VIII Congresso Nacional da Psicologia

Cerca de cinco mil psicólogas e psicólogos de todo o país participaram das atividades preparatórias para o VIII Congresso Nacional da Psicologia (CNP). O sucesso do Congresso só foi possível graças ao envolvimento da categoria nos diversos eventos preparatórios, nos 202 pré-congressos e nos 23 Congressos Regionais da Psicologia (Coreps), realizados pelos 23 Conselhos Regionais (CRPs).

O presidente do Conselho Federal de Psicologia (CFP), Humberto Verona, explica que o número de participantes nesse processo pode parecer pequeno, se considerados os 240 mil psicólogos que atuam no Brasil, número este que coloca a Psicologia brasileira como a maior do mundo. Entretanto, Verona destaca a potencialidade de uma profissão que reúne cinco mil profissionais para discutir propostas para o futuro de sua autarquia: “Essa potência precisa ser saudada e comemorada, pois somos a única categoria profissional que tem essa forma de funcionamento com uma mobilização nacional”.

Humberto Verona parabenizou o trabalho do CRP-MG, nas etapas preparatórias do Corep: “Preciso dizer, não só como psicólogo

NOMINA MOONING



Informações do VIII Congresso Regional da Psicologia

mineiro, mas representando o Conselho Federal, que o CRP-04 foi, entre todos os 23 Conselhos Regionais do Brasil, aquele que mobilizou o maior número de psicólogos no processo de pré-congressos”. O Regional tem, aproximadamente, 27 mil profissionais ativos, e mobilizou 667 psicólogos nessa etapa do Congresso.

O VIII Congresso Nacional da Psicologia contou com a participação de 235 delegados, os quais aprovaram 28 moções e 300 propostas, que irão orientar as ações das gestões que estarão à frente do Sistema Conselhos, no próximo triênio. Com o tema “Psicologia, Ética e Cidadania: Práticas profissionais a serviço da Garantia de Direi-

tos”, o Congresso foi realizado de 30 de maio a 2 de junho, em Brasília, e também contou com transmissão online, o que permitiu que a categoria o acompanhasse em tempo real, com uma média de mil pontos conectados.

O vice-presidente do Sindicato dos Psicólogos do Estado de Minas Gerais (PSINDMG) e delegado do VIII Corep, Marconi Fernandes, acredita que o Congresso Nacional da Psicologia foi um esforço para democratizar as escolhas no Sistema Conselhos, que exige o empenho de todas as psicólogas e psicólogos de se haver com os conflitos, com as emergências de ideias e as construções diferentes: “Independentemente do grupo que assumir a próxima gestão do CRP-MG, ele terá toda uma orientação construída pelos delegados aqui presentes, que se fizeram representar em sua área de atuação e campos em que estão inseridos”.

Para a presidente do CRP-MG, Marta Elizabete de Souza, o debate permanente da Psicologia com a sociedade civil organizada e com o governo tem feito enorme diferença para a profissão: “Acreditamos que nossos colegas, que estarão à frente dos Conselhos Federal e Regionais, irão detalhar essas diretrizes e fazer planos de ação para que tenhamos, cada vez mais, uma Psicologia forte, com compromisso social, com qualificação profissional e com a democratização da nossa autarquia”.

A oitava edição do CNP inovou ao colocar a tecnologia a serviço da organização do Congresso. Este ano, as propostas foram sistematizadas através do Sisconferência, uma ferramenta desenvolvida pelo Ministério da Saúde para as conferências do governo federal. O sistema trouxe agilidade e transparência para os Congressos Federal e Regionais da Psicologia. Marta Elizabete de Souza acredita que o sistema ajudou a aperfeiçoar e a consolidar o processo de participação democrática durante o Congresso, uma vez que os grupos puderam se aprofundar nos debates, o que permitiu às pessoas verem, rapidamente, a definição das propostas, bem como aquelas que foram retiradas, as quais foram disponibilizadas na internet: “Entendemos que esse método deve se manter nos futuros Coreps, e esperamos que, cada vez mais, os Congressos sejam representativos, com a participação dos psicólogos e psicólogas nos eventos preparatórios, no Congresso Regional e no Congresso Nacional”.

LIVIA BACERRE



Psicólogas(os) definem as diretrizes durante o VIII COREP, em abril de 2013.

Luta Antimanicomial

O XIII Plenário apoiou os movimentos e núcleos da Luta Antimanicomial na capital e no interior de Minas Gerais, tais como Fórum Mineiro de Saúde Mental; Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais (ASUSSAM); Associação Loucos por Você, de Ipatinga; e usuários dos serviços de saúde mental de Perdões, entre outros municípios que se articularam junto ao CRP-MG. A gestão apoiou também as escolas de Psicologia, que se propuseram a discutir o tema da Reforma Psiquiátrica, reconhecendo o valor e o significado do movimento social da Luta Antimanicomial.

Durante o XIII Plenário, foi criado o Concurso de Fotografia – “O 18 de Maio visto por diferentes ângulos”, que chegou à sua terceira edição, em 2013. Com o objetivo de fortalecer o movimento antimanicomial e dar maior visibilidade aos trabalhos realizados pelos serviços de saúde mental, o Concurso busca mostrar os diferentes olhares nas atividades desenvolvidas em todo o estado, no Dia Nacional da Luta Antimanicomial, incentivando a participação de psicólogos, técnicos, usuários e familiares. A atividade tem pautado, para psicólogos, psicólogas e para a sociedade em geral, que é possível conviver com a diferença e, mais do que isso, encontrar criatividade, moda e beleza na loucura.



Dia Nacional da Luta Antimanicomial, em Belo Horizonte, maio de 2012.

Medicalização da Educação e da Sociedade

A medicalização tem sido alvo de grande preocupação do Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais, gerando debates e articulação com outras profissões e conhecimentos acadêmicos.

O XIII Plenário contribuiu com essa discussão, inicialmente, por meio da Comissão de Educação, que realizou sua adesão ao Fórum Nacional sobre Medicalização da Educação e da Sociedade, em abril de 2012. Desde então, diversas ações relacionadas ao tema e em apoio ao Fórum Nacional foram desenvolvidas no estado.

No Leste de Minas, foi realizada uma mesa de debates sobre o tema, em maio de 2012, que integrou o Dia Nacional da Luta Antimanicomial de Governador Valadares. A partir disso, um grupo de psicólogos passou a se reunir, mensalmente, para debater a questão, realizando diversas ações, tais como: Cinema Comentado; levantamento do consumo de Rivotril e Fluoxe-

tina na Rede Municipal de Saúde de Governador Valadares; e debates em cidades da região.

Fruto dessas reuniões, o I Seminário sobre Medicalização do Leste de Minas foi realizado em maio de 2013, momento em que se formalizou o Núcleo Leste de Minas do Fórum Nacional sobre Medicalização da Educação e da Sociedade. No Sudeste do estado, foi promovido um debate em Juiz de Fora sobre a medicalização, em novembro de 2012. No Triângulo Mineiro, ações desenvolvidas ao longo de 2012 levaram à constituição do Núcleo Triângulo, em outubro do mesmo ano.

Em Belo Horizonte e Região Metropolitana, foram realizados sete encontros, entre março de 2012 e agosto de 2013. Em meados de abril de 2013, o CRP-MG também passou a ser representado no Fórum Nacional sobre Medicalização da Educação e da Sociedade pela Comissão de Saúde, o que possibilitou a pre-

sença de outras entidades da saúde, tais como: Sindicato dos Psicólogos e dos Farmacêuticos do Estado de Minas Gerais; Conselho Regional de Serviço Social – MG; Conselho Regional de Nutricionistas da 9ª Região; Conselho Regional de Autorregulamentação da Acupuntura do Estado de Minas Gerais; e Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte.

O I Seminário Sobre Medicalização da Educação e da Sociedade - Belo Horizonte e Região Metropolitana foi realizado em agosto de 2013, quando foi constituído o Núcleo BH e Região Metropolitana do Fórum Nacional. No Sul de Minas, a temática foi abordada em dois eventos preparatórios para o VIII Corep.

A criação dos núcleos estaduais e regionais tem sido estratégia do Fórum Nacional, como forma de capilarizar o debate e as ações em torno da medicalização, que traz como desafio o fortalecimento dos núcleos criados e o incentivo de novos núcleos pelo estado.



Diversidade Sexual

O CRP-MG e o Sistema Conselhos, no último triênio, participaram e promoveram uma série de momentos, em que se discutiu muitas questões relacionadas à diversidade sexual. O combate à homofobia e a garantia da dignidade e dos direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) foram temas constantes, com discussões ricas sobre o enfrentamento ao retrocesso impostos por vários segmentos dos governos e da sociedade.

A suspensão da distribuição para as escolas do Brasil, pelo Ministério da Educação, do “Kit Educativo – Educação Sem Homofobia” – material didático que tem como tema central a diversidade sexual e o combate à homofobia – convoca o Sistema Conselhos a assumir uma posição, articulando com parceiros atividades que visem à inclusão do material e, principalmente, da abordagem pautada pelo viés dos direitos humanos nos currículos escolares.

Outro tema provocativo foi a discussão acerca do Projeto de Decreto Legislativo 234/2011, do Deputado João Campos (PSDB/GO), que pretendia sustar parte da Resolução 001/99 do Conselho Federal de Psicologia (CFP). Tal resolução orienta profissionais da área a não usar a mídia para reforçar preconceitos contra os homossexuais, nem propor tratamento para curá-los. Após vários debates públicos sustentando a resolução do CFP, em julho de 2013, a Câmara dos Deputados votou pelo arquivamento temporário de tal projeto. O CRP-MG, junto ao Sistema Conselhos, está atento e vem lutando para que esse projeto não seja reapresentado.

A discussão sobre a despatologização das identidades de gênero – travestis e transexuais – foi outra temática pautada durante a gestão, em parceria com universidades, movimentos sociais, CFP e Ministério da Saúde. As articulações nas ações ligadas ao tema da diversidade sexual enriqueceram os debates e qualificaram as produções, entre os parceiros destacam-se os movimentos sociais LGBT de Minas, as universidades, os Ministérios da Saúde e Educação e o Conselho Federal de Psicologia.

A Psicologia já avançou bastante no combate à discriminação e promoção dos direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, mas o atual contexto político a convoca a voltar a discutir, escutar, produzir e firmar sua posição pela dignidade de todas as pessoas. O desafio permanece na luta pela garantia do caráter laico da Psicologia como ciência e profissão e das discussões acerca da diversidade sexual, combatendo o fundamentalismo religioso e dogmático.



Atividade “Uma conversa franca – conhecendo mais sobre o Kit Escola Sem Homofobia”, durante a VII Semana BH Sem Homofobia, em 2011.

Questões de Gênero

Durante muitos anos, os assuntos de gênero não têm sido uma pauta prioritária no Sistema Conselhos de Psicologia, assim como não tiveram um protagonismo relevante na sociedade como um todo. A partir das preocupações com o âmbito público e a participação da Psicologia em temas coletivos e cidadãos, as questões da mulher apareceram no horizonte com relevância, trazendo muitos questionamentos.

São poucos os Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) que tratam dessa dinâmica específica, a exemplo do CRP-03, no estado da Bahia, com o grupo de trabalho “Relações de gênero e Psicologia”; ou o CRP-06, em São Paulo; CRP-11, no Ceará, Piauí e Maranhão; o CRP-04, em Minas Gerais; e o Conselho Federal de Psicologia (CFP).

Em 2012, o CFP comemorou o Dia Internacional da Mulher, com o lema “Psicologia: profissão de muitas e diferentes mulheres”. Nesse sentido, o Sistema Conselhos de Psicologia tem realizado, nos últimos anos, ações específicas, as quais posicionam a autarquia de forma clara em relação a essa temática.

É o caso do prêmio “Democracia e cidadania plena das mulheres”, cujo propósito é dar visibilidade ao trabalho das psicólogas nas diferentes áreas e diversas regiões do país. Outro exemplo é a participação do CFP no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), com direito a voz e voto. Essa e outras

ações levam o Sistema Conselhos de Psicologia a um compromisso com tal temática, que, até então para a categoria, estava nos bastidores.

A pesquisa “Efeitos do Feminino no Exercício Profissional”, encomendada pelo CFP ao Instituto Ethos, resultou na publicação “Quem é a Psicóloga Brasileira? Mulher, Psicologia e Trabalho”. O livro traz resultados da fase quantitativa da pesquisa, cujo objetivo é conhecer melhor as relações entre as psicólogas e o trabalho.

O XIII Plenário acredita que essa produção será um divisor de águas, na forma como as psicólogas se veem e na percepção de sua realidade e anseios. Organizado pela pesquisadora Louise A. Lhulier, esse trabalho revela uma categoria composta por 89% de mulheres jovens, entre 29 e 39 anos, que se dedicam, em sua maioria, à área da saúde e obtêm a maior parte de sua renda do trabalho com a Psicologia. Muitos outros dados estão nessa criteriosa pesquisa, que será, a partir de agora, uma referência para olhar as questões de gênero, partindo da perspectiva e do entendimento de que o tema da mulher é pauta e desafio para o Sistema Conselhos de Psicologia.

Qual é o querer das psicólogas brasileiras? Seus desejos e frustrações? Sobretudo, como se sentem em relação ao Sistema Conselhos? Quais ressonâncias encontram? Como se aproximam da autarquia e quais são as pautas das mulheres psicólogas?

Este será, sem dúvida, o desafio dos próximos anos e, como já dito na comemoração dos 50 anos de regulamentação da Psicologia no Brasil, o Sistema Conselhos tem uma dívida com as mulheres psicólogas, que construíram os alicerces e o edifício da profissão.

Álcool e outras drogas

Em 29 de fevereiro de 2012, foi criada a Frente Mineira sobre Drogas e Direitos Humanos (FMDDH), reunindo entidades e movimentos sociais, que lutam por políticas públicas sobre drogas, baseadas nos direitos humanos e no respeito aos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), Sistema Único de Assistência Social e da Reforma Psiquiátrica. Fundada como um desdobramento da Frente Nacional, a FMDDH trabalha na organização e no direcionamento do debate público, construindo estratégias e ações no campo das políticas sobre drogas.

Criada em novembro de 2011, em Brasília, a Frente Nacional é uma iniciativa de entidades defensoras dos direitos humanos, entre elas o Sistema Conselhos de Psicologia, Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social, a Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial, o Movimento Nacional da População de Rua, a Associação Brasileira de Saúde Mental e outras.

Nos últimos dois anos, a Frente Nacional e as Estaduais têm lutado pela efetiva implantação de uma Rede Pública de Atenção aos usuários de álcool e outras drogas, posicionando-se contrariamente às internações involuntárias e compulsórias, lutando contra o financiamento do SUS às comunidades terapêuticas.

A Frente Mineira participou de inúmeros debates e audiências públicas, realizadas pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais e universidades públicas; promoveu rodas de conversa; além de produzir e divulgar notas públicas e se pronunciar sobre o tema nos meios de comunicação. A FMDDH também foi ao Congresso Nacional para dialogar com os parlamentares, dando maior destaque à discussão do Projeto de Lei 7663/2010, de autoria do deputado federal Osmar Terra (PMDB/RS), que hoje tramita no Senado, como PLC 37/2013.

Atualmente, fazem parte da coordenação da FMDDH: Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais; Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis; Conselho Regional de Psicologia - MG; Conselho Regional de Serviço Social - MG; Fórum Mineiro de Saúde Mental e Grupo Solidariedade/BH. Esse coletivo tem lutado pela efetiva inserção social do usuário de álcool e outras drogas, por acreditar que o ser humano é sujeito de seu destino e de suas escolhas.



Coletiva de imprensa apresenta os argumentos dos profissionais da saúde contra o PL do Ato Médico, em Belo Horizonte, 2013.

Ato Médico

O XIII Plenário atuou incisivamente na luta contra a aprovação do Projeto de Lei Suplementar nº 268/2002, também conhecido como Ato Médico. Inicialmente, as ações foram focadas na não aprovação do PL no Senado, seguidas por campanhas para garantir o veto presidencial à matéria e, após os vetos, campanhas pela manutenção dos mesmos.

Todas as ações foram realizadas pela Frente Mineira em Defesa da Saúde, articulação de conselhos de classe, sindicatos, associações, movimentos estudantis e sociais, formada em abril de 2012. O CRP-MG participou ativamente dessa articulação, contribuindo para sua constituição, através da Comissão dos Psicólogos da Saúde.

Atualmente a Frente é composta por 25 entidades, sendo elas: CRP-MG; Conselho Regional de Nutricionistas da 9ª Região; Conselho Regional de Serviço Social - MG; Conselho Regional de Enfermagem - MG; Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - MG; Conselho Regional de Fonoaudiologia - 6ª Região; Conselho Regional Auto Regulação da Acupuntura - MG; Associação Brasileira de Naturologia - Subsede MG; Sindicato dos Psicólogos do Estado de Minas Gerais; Sindicato dos Farmacêuticos - MG; Sindicato dos Fonoaudiólogos - MG; Sindicato dos Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais - MG; Sindicato dos Jornalistas Profissionais - MG; Sindicato Único dos Trabalhadores de Saúde - MG; Federação Interestadual de Farmacêuticos; Conselho Municipal de Saúde de Betim; Movimento Popular da Saúde - MG; Movimento Nacional Direitos Humanos - Regional Minas; Movimento BH Contra o Ato Médico; Associação dos Usuários de Saúde Mental - MG; Associação dos Psicólogos do Alto Parapoeba; Fórum de Formação em Saúde Mental

- MG; Diretório Acadêmico de Psicologia da PUC Minas - Coração Eucarístico; Centro Acadêmico de Psicologia da Universidade Federal de São João Del Rei; DCE Universo BH.

Entre as principais ações da Frente Mineira em Defesa da Saúde na gestão do XIII Plenário estão realização de mesas de discussões em Belo Horizonte, Montes Claros, Governador Valadares, Juiz de Fora, Uberlândia, Divinópolis, Pouso Alegre, São João Del Rei, Varginha, Teófilo Otoni, Coronel Fabriciano; participação em debates; entrevistas em rádios e jornais; promoção de 2 coletivas de imprensas; realização de atos e manifestos públicos; presença nas audiências do Senado, na Comissão de Educação e Comissão de Assuntos Sociais, e sessão no Congresso Nacional, quando os vetos presidenciais foram mantidos; organização de 2 caravanas para participar de manifestações em Brasília, sendo a primeira com 3 ônibus e a segunda com 1 ônibus.

Após aprovação do PL do Ato Médico na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, com evidências claras do corporativismo médico, a matéria foi encaminhada para apreciação da presidência da república, na qual foi, parcialmente, vetada nos pontos que a Frente Mineira considerava importantes. Pela primeira vez, o PL do Ato Médico foi analisado à luz da saúde pública, retornando ao Congresso Nacional, onde os vetos poderiam ser mantidos ou rejeitados.

Em uma votação tensa, no dia 20 de agosto de 2013, os vetos presidenciais foram mantidos, o que teve grande importância no cenário da saúde pública nacional. Os 235 mil psicólogos e psicólogas, junto aos três milhões de profissionais das 13 profissões da saúde, que por 11 anos batalharam pela não aprovação do PL do Ato Médico, comemoraram a vitória, resultado de um esforço coletivo que teve atuação marcante da Psicologia.



Associações de Psicólogos

Dentre as diversas demandas direcionadas pelos psicólogos e psicólogas para o Conselho Regional de Psicologia - Minas Gerais, destacam-se as questões relacionadas às condições de trabalho, bem como das garantias de direitos profissionais. Visando contribuir para o avanço dessas demandas, o XIII Plenário do CRP-MG inseriu, no Planejamento Estratégico da Gestão 2010 - 2013, a articulação com as Associações de Psicólogos presentes em todo o território mineiro, bem como a aproximação com o Sindicato dos Psicólogos do Estado de Minas Gerais (PSINDMG).

Nesse sentido, de 2012 a 2013, foram realizadas sete reuniões entre CRP-MG e o PSINDMG, o que possibilitou a identificação de quatro Associações de Psicólogos, sendo elas: Associação dos Psicólogos do Alto do Paraopeba; Associação dos Psicólogos de Ubá; Associação dos Psicólogos do Araxá, e Associação dos Psicólogos de Muriaé.

Também foram identificadas outras duas associações, ligadas aos psicólogos que trabalham em clínicas conveniadas ao Departamento de Trânsito de Minas Gerais (Detran).

No entanto, em função de suas especificidades, entre elas o fato de essas clínicas não serem somente de psicólogos, mas abrangerem outros profissionais, como médicos, decidiu-se por não incluí-las nessas ações. Da mesma forma, não foram incluídas as diversas associações de psicólogos voltadas para questões teóricas e acadêmicas.

Como consequência dessa aproximação, foi realizado, em 9 de agosto de 2013, um encontro com as Associações de Psicólogos, na sede do CRP-MG, em Belo Horizonte. A atividade contou com a participação dos representantes das associações de Governador Valadares, Alto Paraopeba e Muriaé, além de representantes do Sindicato dos Psicólogos do Estado de Minas Gerais.

Durante o encontro, foi definido que o CRP-MG irá apoiar a divulgação, para toda a categoria, das reuniões a serem realizadas pelas Associações e irá disponibilizar os nomes e endereços das Associações de Psicólogos em seu site. Também foi decidida a criação de um grupo virtual entre as Associações, para que as mesmas possam manter contato e compartilhar experiências.

Trânsito e mobilidade

Em 2012, a Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica do Conselho Federal de Psicologia (CFP) considerou o Teste Psicodiagnóstico Miocinético como desfavorável para uso dos psicólogos em suas atividades profissionais. Em janeiro do mesmo ano, representantes do CFP e do CRP-MG se reuniram com a psicóloga do Departamento de Trânsito de Minas Gerais (Detran), a fim de explicar o motivo da suspensão do uso profissional desse teste. Nesse processo, o CRP-MG acompanhou os encaminhamentos do Detran, junto às clínicas conveniadas.

Em julho de 2013, o CRP-MG, juntamente com as psicólogas representantes da Associação das Clínicas de Trânsito do Estado de Minas Gerais (Actrans-MG) e da Associação de Profissionais de Psicologia e Medicina de Trânsito de Minas Gerais (APSIMT-MG), reuniu-se com representantes do Detran. A reunião teve o objetivo de solicitar a atualização dos valores pagos pelas avaliações psicológicas produzidas pelos profissionais das clínicas conveniadas a esse órgão. A gestão enviou ofício ao Detran, manifestando preocupação quanto à viabilidade das clínicas com a tabela utilizada.

Durante o XIII Plenário, o CFP promoveu o Seminário Nacional: Psicologia do Trânsito em Trânsito pelo Brasil, o qual contou com uma etapa regional realizada em Belo Horizonte, com o apoio do CRP-MG. Em 2013, a gestão deu continuidade à atividade, promovendo o II Seminário Regional Psicologia do Trânsito em Trânsito pelo Brasil.

Com a parceria da Actrans-MG, APSIMT-MG, Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte (BHTrans) e Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER-MG), o seminário contou com cerca de 100 participantes de diversos municípios do estado. Entre os encaminhamentos, os participantes ressaltaram a importância da articulação entre as associações e clínicas conveniadas, indicando a necessidade de novos encontros.

Coordenadores dos Cursos de Psicologia de Minas Gerais

O XIII Plenário do CRP-MG promoveu encontros com os coordenadores de cursos de Psicologia de Belo Horizonte, buscando ampliar e qualificar a formação dos futuros profissionais.

Essa aproximação contribuiu para apresentar aos estudantes a função de um Conselho profissional, através da Comissão de Orientação e Fiscalização, Crepop e demais

comissões temáticas. Os encontros com os coordenadores de curso também propiciaram a participação de professores e alunos em eventos dos 50 anos da regulamentação profissional, por meio de pesquisas, projetos de extensão e práticas universitárias, além de possibilitar a contribuição dos cursos nos temas prioritários do Sistema Conselhos de Psicologia, tais como medicalização, direitos humanos e outros.

Através dos encontros e reuniões com os coordenadores, a gestão do XIII Plenário pôde informar aos professores e estudantes as diversas causas do Sistema Conselhos na busca por melhores condições profissionais, além de estabelecer parcerias para participação dos mesmos em questões como o Ato Médico e a política de álcool e outras drogas.



Encontro das Associações de Psicólogos, promovido pelo CRP-MG, em julho de 2013.



Democratização das Comunicações

O Sistema Conselhos de Psicologia tem atuado intensamente em defesa da democratização das comunicações no Brasil. Em Minas Gerais, o Conselho Regional também participa ativamente dessa reivindicação política.

O CRP-MG é membro do Comitê Mineiro do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC). Em 2011, o Conselho esteve presente nas comemorações dos 20 anos do FNDC, e participou do lançamento da Campanha para Expressar a Liberdade - Uma nova Lei para um novo tempo.

Tal campanha é uma iniciativa de dezenas de entidades da sociedade civil, que chamam a atenção para a urgência em se discutir novas políticas de comunicação para o país. Através da Campanha para Expressar a Liberdade, são coletadas assinaturas para um projeto de lei popular de comunicações, e promovidos debates com os mais amplos segmentos da sociedade, a fim de entender os motivos pelos quais o Brasil tem urgência em ter uma nova lei para garantir o direito à comunicação.

Entre as entidades que promovem a Campanha para Expressar a Liberdade estão o Conselho Federal de Psicologia e o FNDC. Em Minas Gerais, a campanha foi lançada em novembro de 2012 e contou com o apoio

do CRP-MG no evento de lançamento, realizado no Sindicato dos Jornalistas Profissionais.

Outro espaço de reivindicação pela democratização da comunicação, onde o Conselho tem atuado é o Comitê Editorial do jornal Brasil de Fato, um semanário nacional, lançado no Fórum Social Mundial de 2003, por um conjunto de movimentos sociais. Durante a gestão do XIII Plenário, o CRP-MG integrou o Comitê Editorial de Minas Gerais desse jornal, recebendo as reuniões em sua sede, em Belo Horizonte, sugerindo pautas e contribuindo com matérias em diversas edições.

Em maio de 2013, foi lançado o jornal Brasil de Fato edição tabloide Minas Gerais, sendo o estado o segundo do país a ter uma edição gratuita do jornal. O XIII Plenário tem apoiado a edição estadual, entendendo a importância de um veículo de comunicação com uma visão popular, que noticie as principais questões e acontecimentos do estado.

A gestão também apoiou e participou dos dois Ciclos de Debates promovidos pelo Brasil de Fato, em Belo Horizonte. O primeiro, realizado em setembro de 2012, com o tema “95 anos da Revolução Russa”, e o segundo, em agosto e setembro de 2013, com o tema “Mídia, Hegemonia e Transformação Social”, ambos realizados no Sindicato dos Jornalistas. No dia 10 de setembro de 2013, o conselheiro Milton Bicalho participou do debate

diversidade pluralidade

Para expressar a liberdade

CAMPANHA PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO

Conheça o projeto de iniciativa popular:

www.paraexpressaraliberdade.org.br

“Subjetividade e Identidade”, que integra o segundo ciclo de debates do jornal Brasil de Fato, representando o CRP-MG.

A gestão ainda participou do Encontro Estadual das Rádios Comunitárias, promovido pela Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço), em agosto de 2013, em Belo Horizonte.

Participação em órgãos de controle social

A gestão do XIII Plenário do Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais vem a público mostrar o compromisso da Psicologia frente às necessidades da população, apoiando movimentos populares e políticas públicas, que lutam pela dignidade e pelo fim das desigualdades sociais.

Durante a gestão, o CRP-MG participou efetivamente, através da coordenadora da

Comissão de Saúde, Lourdes Machado, da Comissão Municipal de Reforma Psiquiátrica de Belo Horizonte, do Conselho Estadual de Saúde, da Comissão Estadual de Reforma Psiquiátrica, em suas reuniões mensais.

Ao avançar na perspectiva intersetorial, incluindo atores de diversas áreas, tanto em ações da esfera política, quanto da clínica, se fortalece a imagem da Psicologia com o

compromisso social. Ao mesmo tempo, essas ações possibilitam uma maior visibilidade do profissional psicólogo, ampliando, assim, sua inserção no mundo do trabalho.



Comunicação social

O setor de comunicação do CRP-MG na gestão do XIII Plenário desenvolveu atividades de promoção de eventos e difusão de informações relativas ao Sistema Conselhos de Psicologia, com a finalidade de orientar o exercício profissional de psicólogas e psicólogos.

De 2011 a 2013, foram promovidos 166 eventos, entre rodas de conversa, seminários, lançamentos de publicações, encontros, oficinas e outros, envolvendo mais de dez mil participantes. Dessas atividades, 74 foram realizadas na sede do CRP-MG, em Belo Horizonte, e 92 nas cidades de suas subseções e região (Triângulo, Norte, Sul, Leste, Sudeste e Centro-Oeste).

Atividades / Ano	Sede	Subseções	Total
2011	16	9	25
2012	31	32	63
2013	27	51	78
Total	74	92	166

EVENTOS REALIZADOS PELO CRP-MG DE 2011 A 2013

Entre esses eventos, destaca-se a II Mostra Mineira de Práticas em Psicologia, que aconteceu no dia 29 de agosto de 2012, integrando as comemorações dos 50 anos da Psicologia. A atividade foi realizada no Minas Centro, por onde passaram mais de 4 mil pessoas. Outro momento importante para a categoria foi o VIII Congresso Regional da Psicologia, em abril de 2013, quando foram eleitas e definidas as diretrizes que irão orientar o Sistema Conselhos de Psicologia.

O setor de comunicação também realizou a cobertura jornalística e fotográfica de grande parte dessas atividades, divulgando as informações em meios virtuais e impressos. Entre os veículos de comunicação eletrônicos do CRP-MG estão os Boletins PsicOnline e o Informes, sendo que o primeiro traz notícias institucionais e do campo de interesse do Sistema Conselhos e o segundo é voltado para divulgação de cursos, conferências e atividades promovidas por diversas instituições.

De setembro de 2010 a setembro de 2011, foram produzidos 366 informativos eletrônicos, incluindo comunicados, notas públicas e boletins temáticos especiais.

Atividades / Ano	Boletim PsicOnline (institucional)	Boletim Informes	Boletins Especiais	Total
2010	17	–	1	18
2011	49	38	19	106
2012	35	46	37	118
2013	29	36	29	94
Total	130	120	86	336

BOLETINS INFORMATIVOS PRODUZIDOS PELO CRP-MG DE 2010 A 2013

Em maio de 2012, o Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais expandiu sua comunicação ao entrar para a rede social Facebook. O Conselho criou uma página institucional que já conta com mais de 3.600 curtidas, na qual vem divulgando suas atividades e campanhas sobre temas relevantes para a Psicologia.

Por ser uma página aberta, o Facebook ampliou o canal de comunicação entre as psicólogas e psicólogos, possibilitando que qualquer pessoa possa postar notícias, pedir informações, iniciar debates e divulgar eventos da profissão. Além dessa rede social, o CRP-MG também criou uma conta no Youtube, onde divulga seus vídeos institucionais e o registro audiovisual de suas atividades.

O setor de comunicação do Conselho também produziu diversas publicações e materiais impressos, como livros, cartilhas, jornais, folders e cartazes. Em março de 2013, foi lançada a publicação “O feminino: diversos olhares”, produzido pelo Grupo de Trabalho Feminino: Questão de Diferença, e, em agosto de 2013, foi lançado o livro “Saúde Mental: marcos conceituais e campos de prática”, produzido pelo Fórum de Formação em Saúde Mental de Minas Gerais, com apoio do CRP-MG.

Durante a gestão, foram publicados quatro Jornais do Psicólogo (JP), periódico impresso do Conselho. A publicação enfrentou o desafio de manter sua periodicidade em

meio à reestruturação, a qual passou o setor de comunicação, entre 2010 a 2013. Ainda sim, destaca-se o número especial de maio a junho de 2013, que comemorou a centésima edição do JP, trazendo uma retrospectiva do jornal, que há mais de 30 anos vem contando a história da autarquia, da profissão e da ciência para as psicólogas e psicólogos.

O setor também prestou inúmeros atendimentos aos meios de comunicação do estado, indicando fontes para entrevistas, debates e matérias sobre temas diversos, relativos à Psicologia. Foram promovidas duas coletivas de imprensa com o objetivo de publicizar e esclarecer as posições contrárias à aprovação do PL do Ato Médico, realizadas junto aos demais integrantes e assessores de comunicação das entidades que compõem a Frente Mineira em Defesa da Saúde. O setor foi responsável pela realização do Concurso de Fotografia – “O 18 de maio visto por diferentes ângulos”, coordenado pela Comissão dos Psicólogos da Saúde.

Entre 2010 e 2013, a comunicação elaborou uma série de peças e artes gráficas para a promoção das atividades do CRP-MG, sempre desenvolvidas juntamente às Comissões e Grupos de Trabalho do Conselho. As atividades organizadas, promovidas e divulgadas pelo setor de comunicação foram fundamentais para tornar público o debate político e as realizações do XIII Plenário, envolvendo os profissionais da Psicologia, entidades parceiras e sociedade em geral.

Centro de Documentação e Informação Halley Bessa

Destinado à pesquisa e estudo na área da Psicologia, o Centro de Documentação e Informação Halley Bessa (CDI) reúne em seu acervo diversas publicações nos diferentes suportes. Projeto que surgiu em 1997 e, desde então, concentra esforços para a realização de seus objetivos, o CDI disponibiliza o acesso a informações, que subsidiam pesquisas e contribuem para o desenvolvimento e avanço da profissão, dos profissionais e da sociedade.

Em 2013, o Centro de Documentação e Informação foi ampliado, ganhando novos móveis e estantes, o que proporcionou maior conforto para o usuário em seus estudos *in loco*. Seu acervo vem crescendo graças às doações das instituições parceiras, ligadas à área da Psicologia, e também ao investimento do XIII Plenário para a aquisição de novas obras, atendendo à demanda dos usuários, que passaram a ter o CDI como um espaço de estudo e contínua formação profissional. Como resultado desses investimentos, na gestão de 2010 a 2013 foi possível atender de forma mais satisfatória os usuários do Centro e realizar um número maior de empréstimos - aproximadamente 1.400 empréstimos e renovações, nesse triênio.

Um dos objetivos do CDI é ser referência, orientação e acesso à informação para psicólogos e psicólogas. Para isso, o Centro de Documentação e Informação investiu na comunicação junto à categoria, criando seu próprio site, no ano de 2011. O sítio eletrônico deu maior visibilidade para o CDI, não só em Minas Gerais, como em todo país.

Dados do programa de análise do site (*Analytics*) mostram que, em dois anos, foram 163.069 visualizações de página (“*Page views*” refere-se ao número total de páginas visualizadas. As visualizações repetidas de uma única página são consideradas) e 54.709 visitas ao site, sendo 42.191 visitantes únicos (refere-se ao número de visitantes não duplicados, ou seja, contados apenas uma vez, ao longo de um determinado período).

Em agosto de 2013, o CDI alcançou outra conquista: a inauguração da Estação da Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia (Estação BVS-Psi). Com isso, o desafio para o Centro de Documentação e Informação, a partir de agora, é trabalhar para o crescimento e fortalecimento desse projeto.

A BVS-Psi surgiu com o objetivo de garantir o acesso à informação de forma rápida e precisa, através da seleção, organização e dis-



Evento de lançamento da Estação da Biblioteca Virtual da Saúde - Psicologia (BVS-Psi) no CDI, em agosto de 2013.

seminação da informação em um espaço virtual especializado. A Biblioteca Virtual assegura ao psicólogo e ao pesquisador da Psicologia o acesso eficiente, online e equitativo aos produtos e serviços de qualidade, disponibilizados na internet e, especialmente, desenvolvidos para a sua qualificação profissional. O instrumento busca contribuir para a atualização profissional do psicólogo, assim como para o avanço da pesquisa científica, no Brasil e na América Latina.

O CRP-MG, através de seu Centro de Documentação e Informação Halley Bessa, já disponibiliza espaço, recursos tecnológicos e um profissional para orientação dos usuários que queiram pesquisar na Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia. Além disso, para apoiar os

usuários e demais interessados, o CDI criou um vídeo tutorial, que orienta e facilita as pesquisas no site da BVS-Psi. O vídeo pode ser acessado pelo *youtube*, no endereço <http://www.youtube.com/watch?v=oRcKgpUPSiE> e, até o momento, conta com mais de 3.790 visitas.

Muito se tem feito para garantir o cumprimento de algumas das competências pertinentes a um Centro de Informação e Documentação. Como reunir, custodiar e preservar documentos e referências documentais úteis ao ensino e à pesquisa. Além de disponibilizar e divulgar o acervo para seu público. E muito mais se planeja fazer.



Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas

Responsável por realizar pesquisas, o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop) é um órgão do Conselho Regional de Psicologia - Minas Gerais (CRP-MG), que tem como objetivo criar referências para a atuação e difundir as práticas da Psicologia no campo das políticas públicas. A equipe da unidade local é composta por um conselheiro de referência (André Martins, 2010 e 2011; e Paula de Paula, 2012 e 2013); uma assessora de referência local (Mônica Beato, em 2010; e Luciana Franco, de 2011 a 2013); uma psicóloga referência técnica (Leiliana Sousa, de 2010 a 2013); e dois estagiários. A equipe reuniu-se 26 vezes - em algumas ocasiões, houve a participação da equipe dos psicólogos fiscais do CRP-MG; e participou de oito reuniões da Rede Crepop.

Na gestão do XIII Plenário, foram realizadas sete pesquisas, são elas: Atuação do psicólogo em Políticas de Diversidade Sexual e Promoção da Cidadania LGBT; Esporte; Segurança Pública; Atenção à Pessoa Idosa; População em Situação de Rua; Questão da Terra (mapeamento); e Questão Racial (mapeamento). Para isso, o Crepop realizou nove grupos de discussão, com psicólogos e demais profissionais, que atuavam nas referidas políticas públicas; treze entrevistas com psicólogos; e catorze entrevistas com gestores. Além disso, o Centro de Referência também promoveu sete consultas públicas - "Atenção à Mulher em Situação de Violência"; "Sistema Prisional"; "Educação Básica"; "Medidas Socioeducativas em Meio Aberto"; "Centros de Atenção Psicossocial (CAPS)"; "Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas)" e "Questão da Terra" - para as quais foi mobilizada a categoria e realizados eventos no CRP-MG.



II Seminário Psicologia e Políticas Públicas realizado pelo CRP-MG, em Belo Horizonte, agosto de 2013.

No tocante às publicações, nove foram concluídas em âmbito nacional, sete delas voltadas para os profissionais da Psicologia (Varas de Família; Medidas Socioeducativas em Meio Aberto; Sistema Prisional; Educação Básica; Atenção à Mulher em Situação de Violência; Creas; e CAPS); e duas destinadas a gestores ("Como a Psicologia pode contribuir para o avanço do SUS" e "Como os psicólogos e as psicólogas podem contribuir para avançar o SUAS"). Em âmbito regional, duas publicações foram lançadas: "Experiências Exitosas em Psicologia e Políticas Públicas" e "A Psicologia e o Trabalho no CRAS". As publicações foram distribuídas para serviços, instituições de ensino de Psicologia e profissionais, que participaram das pesquisas. Também foram realizados eventos de lançamento, com livre distribuição das mesmas.

Durante a gestão do XIII Plenário, o Crepop organizou dez eventos, dentre os quais se destacam o I e o II Seminários Regionais de Psicologia e Políticas Públicas, em abril de 2011 e agosto de 2013. Com o intuito de atender às diversas demandas das instituições de ensino superior para que os alunos dos cursos de Psicologia possam conhecer o trabalho do

Crepop, foi organizada uma agenda de visitas ao CRP-MG. Esse projeto, que acontece desde março de 2012, até agora recebeu 999 alunos de dez instituições, nos 21 encontros realizados. Para sua quinta edição, a ser realizada em setembro de 2013, já são 346 alunos agendados.

A equipe do Crepop participou de 68 eventos relacionados à sua área de atuação, entre eles: VI e VII Seminários Nacionais de Psicologia e Políticas Públicas; II Mostra Nacional de Práticas em Psicologia/São Paulo; II Mostra Mineira de Práticas em Psicologia; e VIII Congresso Norte-Nordeste de Psicologia (Conpsi). Neste último, foi apresentado o trabalho "A Psicologia e a população em situação de rua: novas propostas, velhos desafios".

A participação em Comissões e Grupos de Trabalho (GTs) do CRP-MG também fez parte do trabalho do Crepop, que ainda contribuiu com a Comissão de Direitos Humanos na pesquisa com psicólogos que vivenciaram a ditadura. Dentre as Comissões, podem-se citar: Orientação e Fiscalização; Psicologia e Políticas de Assistência Social; e Direitos Humanos. Dentre os GTs, destacam-se o Feminino e o do Álcool e Outras Drogas (GTad). O trabalho junto ao GTad culminou na constituição da Frente Mineira sobre Drogas e Direitos Humanos.

O Crepop participou, também, de 52 reuniões de entrega de carteira aos novos psicólogos e realizou 154 atendimentos a demandas diversas, que recebe cotidianamente por e-mail, telefone e pessoalmente.



II Seminário Psicologia e Políticas Públicas realizado pelo CRP-MG, em Belo Horizonte, agosto de 2013.

CORPO FUNCIONAL

Funcionários do CRP-MG 2013

FUNCIONÁRIOS 2013	FUNÇÃO	SEDE / SUBSEDE
Adriano Soares de Andrade	Assistente Administrativo	Belo Horizonte
Aécio Aparecido Bispo dos Santos	Técnico em Contabilidade	Belo Horizonte
Airton de Freitas Ramos	Assistente Administrativo	Divinópolis
Amélia Kaiser P. Garcia	Assistente Administrativa	Pouso Alegre
Ana Amélia de Carvalho Mendes	Gerente Financeira	Belo Horizonte
Andréia Saturnino B. da Cruz	Psicóloga Fiscal	Pouso Alegre
Angela Alves dos Santos	Psicóloga Fiscal	Belo Horizonte
Carlos Henrique de Oliveira Nunes	Assistente Administrativo	Governador Valadares
Carolina Medeiros Braga	Psicóloga Fiscal	Belo Horizonte
Celina Andrade Alkimim Pinto	Psicóloga Fiscal	Montes Claros
Cláudia Regina F. de Carvalho Dias	Psicóloga Fiscal	Juiz de Fora
Darlan Oliveira da Silva	Assistente Administrativo	Belo Horizonte
Edna Aparecida Rodrigues	Psicóloga Fiscal	Divinópolis
Elaine Cristina R. de Oliveira Figueredo	Assistente Administrativa	Belo Horizonte
Elenize Campolina da Cruz	Assistente Administrativa	Belo Horizonte
Eliana Maria das Graças Nunes	Assistente Administrativa	Belo Horizonte
Fernando Silva de Oliveira	Assistente Administrativo	Uberlândia
Flávia Andreia A. Rodrigues Soares	Gerente Administrativa	Belo Horizonte
Genilson Afonso Messias de Almeida	Assistente Administrativo	Juiz de Fora
Jaider Júnior de Souza Lima	Psicólogo Fiscal	Belo Horizonte
José Elísio Rodrigues Pinto Júnior	Assessor Jurídico	Belo Horizonte
José Silvério de Souza Sobrinho	Contador	Belo Horizonte
Juliane Richter Brito	Assistente Administrativa	Belo Horizonte
Leiliana Aparecida de Sousa	Psicóloga Referência Técnica	Belo Horizonte
Lívia Vieira Bacelete	Assessora de Comunicação	Belo Horizonte
Liziane Karla de Paula	Psicóloga Fiscal	Belo Horizonte
Luciana Lacerda de Souza	Bibliotecária	Belo Horizonte
Luciana Maria Silva Franco de Assis	Assessora de Referência Local	Belo Horizonte
Luiz Cláudio Carvalho Queiroz	Assistente Administrativo	Montes Claros
Marcela Maria Borges Leite	Psicóloga Fiscal	Uberlândia
Maria Margarida Ferreira	Copeira	Belo Horizonte
Marli Eliane Caixeta	Assistente Administrativa	Belo Horizonte
Mônica Campos Rodrigues Costa	Assistente Administrativa	Belo Horizonte
Nathalia Raquel Monteiro da Silva	Gerente de Comunicação	Belo Horizonte
Niaze Nagib Sahb	Técnico em Contabilidade	Belo Horizonte
Rodrigo do Carmo Ramos	Gerente de Informática	Belo Horizonte
Sildete Alves da Silva	Assistente Administrativa	Belo Horizonte
Silvana Pontes Bueno	Psicóloga Referência Técnica	Belo Horizonte
Wagner Viana da Silva	Assessor de Apoio à Gestão	Belo Horizonte
William Pedro dos Santos Barbosa	Assistente Administrativo	Belo Horizonte



COMPARATIVO DE RECEITA E DESPESA

Comparativo de Receita e Despesa do Conselho Regional de Psicologia - 4ª Região

RECEITAS (em Reais)	2011	2012	2013
RECEITA CORRENTE	8.472.621,69	9.022.133,18	7.714.878,25
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	6.483.729,83	6.600.563,51	6.527.177,27
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	6.047.635,98	6.163.588,70	6.094.323,95
Pessoas Físicas do Exercício	6.047.635,98	6.163.588,70	6.094.323,95
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	354.718,25	351.923,13	343.349,58
Pessoa Jurídica do Exercício	354.718,25	351.923,13	343.349,58
FUNDO DE SEÇÕES	81.375,60	85.051,68	89.503,74
RECEITA DE SERVIÇOS	146.203,75	135.745,71	98.771,97
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	86.142,03	82.107,43	61.796,13
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÃO DE CARTEIRAS	22.573,49	24.953,58	20.404,04
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	37.488,23	28.684,70	16.571,80
FINANCEIRAS	826.448,24	959.577,03	469.402,88
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	54.147,58	34.964,98	11.337,30
JUROS DE MORA SOBRE DÍVIDA ATIVA	233.967,41	297.979,37	123.321,71
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	0,00	626.632,68	334.743,87
MULTAS SOBRE ANUIDADES	0,00	23.567,98	19.696,00
MULTAS SOBRE DÍVIDA ATIVA	0,00	27.865,50	13.587,48
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLIC. FINANCEIRAS	538.333,25	575.199,20	301.460,39
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	10.999,68	9.562,20
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.016.239,87	1.315.247,25	609.963,93
DÍVIDA ATIVA	1.013.587,28	1.306.501,20	597.551,14
Dívida Ativa Administrativa	896.556,63	1.109.328,38	542.399,65
Dívida Ativa Judicial	117.030,65	197.172,82	55.151,49
MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	235,40	470,80
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	2.157,83
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	2.652,59	8.510,65	9.784,16
TOTAL	8.472.621,69	9.022.133,18	7.714.878,25
DESPESAS (em Reais)	2011	2012	2013
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	6.091.502,43	7.050.738,91	5.233.531,64
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.978.306,85	2.257.446,53	1.368.178,48
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL	1.543.654,09	1.751.801,54	1.073.958,74
ENCARGOS PATRONAIS	434.652,76	505.644,99	294.219,74
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	216.484,02	237.027,23	263.481,47
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	1.254,17	23,05	699,49
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	215.229,85	237.004,18	262.781,98
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.896.711,56	4.556.265,15	3.601.871,69
BENEFÍCIOS A PESSOAL	443.014,32	472.894,64	284.726,67
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	11.276,83	9.587,27	8.689,34
USO DE BENS E SERVIÇOS	616.643,98	827.474,97	511.336,14
SERVIÇOS TERCEIROS – PESSOAS JURÍDICAS	605.895,10	882.597,73	698.840,97
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	2.004.559,81	2.177.468,01	1.932.708,35
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	122.945,60	66.489,24	40.516,94
SERVIÇOS BANCÁRIOS	74.256,23	104.744,45	125.053,28
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	18.119,69	15.008,84	0,00
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	40.556,92	134.057,39	3.562.385,58
INVESTIMENTOS	40.556,92	134.057,39	3.562.385,58
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	32.115,55	126.177,39	44.758,98
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	0,00	3.500.000,00
INTANGÍVEL	8.441,37	7.880,00	17.626,60
OUTRAS DESPESAS de CAPITAL	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
TOTAL	6.132.059,35	7.184.796,30	8.795.917,22

Notas:

- 1) O demonstrativo ao lado foi elaborado em conformidade com a lei nº 4.320/64 e as Normas Brasileiras de Contabilidade, com vistas à convergência dessas normas às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.
- 2) Até o exercício de 2011, as receitas de multa e juros eram contabilizadas conjuntamente, em mesma conta de despesa.
- 3) Os valores demonstrados para o exercício de 2013 compreendem o período de janeiro a julho/2013.

MARTA ELIZABETE DE SOUZA
CONSELHEIRA PRESIDENTE CRP-04

MILTON DOS SANTOS BICALHO
CONSELHEIRO TESOUREIRO CRP-04

JOSÉ SILVÉRIO DE SOUZA SOBRINHO
CONTADOR CRC/MG-083518/0-6

